



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1653479 - RS (2020/0019144-9)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**AGRAVANTE** : GELSO QUEVEDO  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA. ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI N.º 10.826/2003. PLEITO PELA ABSOLVIÇÃO ANTE O RECONHECIMENTO DE *ABOLITIO CRIMINIS* TEMPORÁRIA. DECRETOS N.ºs 9.785/2019 e 9.844/2019. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO NAS RAZÕES DO APELO NOBRE. SÚMULA N.º 283 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por GELSO QUEVEDO contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal na Apelação n.º 70081457004 (n.º CNJ: 0117609-33.2019.8.21.7000).

Consta nos autos que o Juízo de primeiro grau condenou o Agravante às penas de 3 (três) anos de reclusão, em regime inicial aberto, e pagamento de 10 (dez) dias-multa, no mínimo legal, como incurso no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003 (fls. 202-206).

Irresignada, a Defesa interpôs apelação, à qual a Corte de origem negou provimento, nos termos da seguinte ementa (fl. 249):

*“APELAÇÃO-CRIME. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA. ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INC. IV, DA LEI Nº10.826/03. SUFICIÊNCIA DE PROVAS. PALAVRAS DOS POLICIAIS. CONDUTA TÍPICA. CONDENAÇÃO MANTIDA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO PREVISTO NO ART. 14, DA LEI Nº 10.826/03. IMPOSSIBILIDADE*

*I- Materialidade e autoria devidamente comprovada nos autos. Muito embora o réu tenha permanecido em silêncio, os depoimentos dos policiais civis são suficientes para ensejar juízo condenatório.*

*II- Por se tratar de crime de perigo abstrato, no qual a comprovação acerca do mero cometimento da conduta é suficiente a ensejara tipicidade do crime, não vinga a tese de atipicidade sob a argumentação de ausência de lesividade do bem jurídico tutelado.*

*III- Inviável a desclassificação para o delito do art. 14, da Lei nº*

*10.826/03, porquanto a arma de fogo apresentava o seu número de série suprimido. O Estatuto do Desarmamento equiparou as armas de fogo com numeração suprimida ou adulterada àquelas de uso restrito.*

*APELO DEFENSIVO DESPROVIDO.”*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 266-270).

Sustenta a Defesa, nas razões do apelo nobre, contrariedade aos arts. 12, 14, 16, parágrafo único, inciso IV, e 32 da Lei n.º 10.826/2003; ao art. 2.º, parágrafo único, do Código Penal; aos arts. 2.º, inciso I, e 58 do Decreto n.º 9.785/2019; aos arts. 2.º e 50 do Decreto n.º 9.844/2019; bem como ao art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal.

Pondera que, na medida em que houve a descriminalização quanto à conduta de posse ou porte ilegal de arma de fogo ou munição, deve ser reconhecida *a abolitio criminis* no tocante ao crime imputado ao Agravante.

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 306-308). O apelo nobre não foi admitido (fls. 316-324). Foi interposto agravo (fls. 329-395).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 373-377, opinando pelo não provimento do agravo em recurso especial.

É o relatório.

Decido.

O acórdão proferido em sede de embargos de declaração, na parte que interessa, está calcado nas seguintes razões de decidir (fl. 269; sem grifos no original):

*"Postula o embargante o acolhimento dos embargos, com caráter infringente, para absolvê-lo da condenação sofrida, em razão da abolido criminis reconhecida no art. 32, da Lei 10.826/03, a qual foi restabelecida no art. 58, do Decreto nº 9.785/19, vigente à época da interposição do presente recurso.*

*Considerando que a matéria não foi suscitada no curso do processo, entendo que não há omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada. Não obstante isso, em face da entrada em vigor do Decreto 9.785/19, e para evitar eventual alegação de cerceamento de defesa com demora para o encerramento dos feitos relativos à matéria, conheço dos embargos, porém, no mérito, não os acolho.*

***A abolitio criminis temporária contemplada no art. 32, da Lei nº 10.826/03, e reeditada no Decreto nº 9.785/19, já extinto, exige que as entregas das armas ocorram espontaneamente, portanto, em momento anterior a flagrante e a consequência apreensão do objeto bélico.”***

Como se vê, nas razões do apelo nobre, não foi infirmado o fundamento do aresto atacado, segundo o qual a extinção da punibilidade àqueles que possuem arma de fogo ilegais tem como requisitos infestáveis a boa-fé do possuidor e a efetiva e espontânea entrega da arma às autoridades competentes, o que não se deu na hipótese dos autos.

Desse modo, não comporta conhecimento a presente súplica, ante o disposto no Enunciado n.º 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: “[é] inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

Ilustrativamente:

*"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE ABSOLUTA DECORRENTE DE VIOLAÇÃO DO ART. 422 DO CPP. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EFETIVO PREJUÍZO. SÚMULA 83/STJ. RECURSO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

[...]

*2. A ausência de impugnação específica a um ou mais fundamentos do acórdão impugnado, suficientes por si sós para manter o julgado, atrai a incidência da Súmula 283 do STF, por analogia.*

*3. Agravo regimental improvido." (Agente no Ares 1.208.397/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2018, de 15/05/2018.)*

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora